

**Impresso  
Especial**

1980/03 DR/RS  
CRP 07

...CORREIOS...



Av. Protásio Alves, 2854  
Porto Alegre - RS  
CEP 90410-006

# Entre linhas



Ano IX

Número 43

Abril | Maio | Junho de 2008



08 | Lei Maria da Penha  
12 | Violência doméstica  
17 | 2 anos de CREPOP

# Expediente

## Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

**Presidente:** Karen Eidelwein

**Vice-presidente:** Denise Macedo Ziliotto

**Tesoureira:** Ceres Simone Simon

**Secretária:** Ivarlete Guimarães de França

**Conselheiros:** Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes lensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Ramminger.

**Comissão Editorial:** Andréa Lucas Fagundes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Henrique Gheno Zilli, Leticia Giannchini, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques.

**Jornalista Responsável:** Liliana Rauber (MTB/RS 9684)

**Estagiária de Jornalismo:** Mariana D'Ávila Santos

**Comentários e sugestões:** comunicacao@crprs.org.br

### Endereços CRPRS:

**Sede – Porto Alegre:** Av. Protásio Alves, 2854/301 – CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799 – crprs@crprs.org.br

**Subsede Caxias do Sul:** Av. Itália, 325/705 – CEP: 95010-260 – Fone/Fax: (54) 3223-7848 – caxias@crprs.org.br

**Subsede Pelotas:** Rua Félix da Cunha, 772/304 – CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197 – pelotas@crprs.org.br

**Projeto Gráfico:** Violeta Lima

**Diagramação:** Virtus Jornalismo e Comunicação (virtus@virtusjornalismo.com.br)

**Impressão:** Gráfica Pallotti

**Tiragem:** 13.000 exemplares  
Distribuição gratuita



*Cadastre-se no site  
para receber  
a newsletter*  
**www.crprs.org.br**

# Editorial

O exercício da pluralidade, nosso norteador na função representativa da categoria, tem se constituído em constante desafio. Fazer dialogar as diversas expressões da Psicologia não é possível sem a revelação de contradições, de dilemas éticos e do reconhecimento de limites. A partir de um trabalho de planejamento estratégico, vimos sustentando que esse caráter plural passa por eixos como: a função de orientação aos profissionais e à sociedade, a participação da categoria, a interiorização das ações do conselho e o diálogo com outros conselhos profissionais. Nessa direção, elegemos como condutor principal a informação a qual consideramos um operador da sinergia de nossos objetivos.

A partir dessa edição, o Entrelinhas adquire novas configurações com relação ao projeto gráfico, à diversidade, ao conteúdo das matérias e à informação. Nesse sentido, buscamos propor reflexões sobre questões que ocupam a sociedade e para as quais a Psicologia pode e deve contribuir, enquanto ciência e profissão, colocando-se no debate. A violência doméstica; o trabalho com os usuários da rede substitutiva de atendimento em saúde mental; a discussão em torno do projeto de pesquisa com adolescentes da Fase, e a interdisciplinaridade, expressa na relação com outras áreas do saber, são os temas presentes nessa edição, tratados a partir da prática de profissionais psi e de outras áreas, consolidando uma aproximação que ensinamos fortalecer.

O funcionamento do CRPRS, a partir de suas comissões e GTs, é objeto de informação permanente para que os psicólogos possam acompanhar as ações desenvolvidas e se integrem às atividades, aumentando o nível de participação da categoria no Conselho. Leia, discuta, participe. Reiteramos nosso convite à experiência da pluralidade!

**Um forte abraço,**

Karen Eidelwein  
Conselheira Presidente

Denise Macedo Ziliotto  
Conselheira Vice-Presidente

A partir da próxima edição, teremos um Espaço do Leitor.

Envie comentários e sugestões para [comunicacao@crprs.org.br](mailto:comunicacao@crprs.org.br)

# índice

- 04 notícias das comissões
- 08 *entrevista*
- 12 especial
- 16 *espaço da COF*
- 17 CREPOP
- 18 *em debate*
- 20 reforma psiquiátrica
- 21 *interdisciplinaridade*
- 22 agenda

## Dica cultural

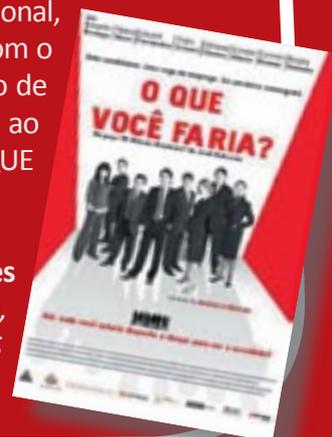
Para quem ainda não assistiu, uma dica interessante é o filme *O que Você Faria?* (El Método) de Marcelo Piñeyro.

O filme tem como pano de fundo um processo seletivo - realizado em uma empresa espanhola - que ocorre ao mesmo tempo em que se desenrola nas ruas de Madri um violento manifesto sócio-político. A história versa sobre um grupo de candidatos que se encontra na última etapa deste processo seletivo, elaborado com base em um determinado Método que prioriza dinâmicas de grupo. E sob esta cena que se estabelece, são evocadas inúmeras críticas a temas como relações internacionais, ética, responsabilidade social e muitos outros, tudo isto abordado pela ótica do Teatro do Absurdo que faz uma leitura da realidade através do inusitado. Embora o filme tenha como cenário praticamente um único ambiente, em nenhum momento torna-se cansativo, talvez devido às situações insólitas que apresenta e às quais os candidatos são submetidos. Em mais de uma oportunidade os candidatos são

lembrados que “ninguém é obrigado a fazer nada que não queira, mas uma vez na sala devem aceitar as condições do Método”. E partindo desta premissa, se estabelecem as mais controversas situações: a empresa, numa visão Taylorista, em busca do colaborador ideal e os candidatos testando todos os seus limites para a conquista de uma oportunidade.

Embora o filme possibilite inúmeras discussões e abordagens, dizer mais do que isto seria estragar a surpresa. Além da sugestão de ver o filme com um olhar crítico, observando o quão longe da ética se encontra a ação profissional, uma outra proposta é brincar com o mesmo colocando-se na posição de candidato, tentando responder ao que o título nos pergunta: O QUE VOCÊ FARIA?

**Eduarda Coelho Torres**  
*Psicóloga,*  
*conselheira do CRPRS*



## Notícias das comissões

### Políticas Públicas

A Comissão de Políticas Públicas (CPP) da Subseção Serra definiu sua proposta de trabalho para o ano de 2008. O cronograma tem a finalidade de informar e orientar os psicólogos com relação às políticas públicas, aprofundar a reflexão e fomentar a participação da categoria. As reuniões são abertas e acontecem no terceiro sábado do mês, das 10h às 12h, na subseção (Av. Itália, 325/705 – Caxias do Sul). Confira os temas e venha dar a sua contribuição.

**Abril** - Políticas Públicas de Saúde (Eliana Manfroi)

**Maio** - Políticas Públicas de Saúde Mental (Leise Melgaré)

**Junho** - Políticas Públicas de Assistência Social - SUAS e o papel do Psicólogo nos CRAS (Rochele Sachet e Samile Bossardi - a confirmar)

**Julho** - Políticas Públicas na Educação (Tereza Berti - a confirmar)

**Agosto** - Políticas Públicas de Segurança (Adriane Borghetti - a confirmar)

**Setembro** - Políticas de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas (Loiva Maria De Boni Santos)

**Outubro** - Políticas Públicas na área da Infância e Adolescência (a definir)

### Educação

O Sistema Conselhos de Psicologia (Federal e Regionais) elegeu 2008 como o ano da Educação, tendo como eixo maior o tema "Psicologia, Educação e Direitos Humanos: Diálogos para a Cidadania". Serão realizados fóruns regionais que culminarão em um Encontro Nacional, possivelmente no primeiro semestre de 2009. Para organizar as atividades no Rio Grande do Sul, o CRPRS constituiu o Grupo de Trabalho da Educação, que irá dialogar o subeixo "Educação Inclusiva". Coordenado pela conselheira Ceres Simone Simon, o GT conta ainda com os conselheiros Ivarlete Guimarães de França, Pedro Pacheco e com a assessora técnica do CREPOP, Silvia Giugliani. O Grupo será aberto à participação de colegas interessados. Em breve serão divulgados as datas e os horários das reuniões no site [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).

### Espaço Psi

Todas as terceiras quintas-feiras do mês, no Zarabatana Bar, junto ao Centro de Cultura Henrique Ordovás, em Caxias do Sul, acontece o encontro Espaço Psi. Proposto pela atual gestão do CRP em parceria com instituições da Psicologia, a iniciativa tem como objetivo instituir um local para reflexão e integração da categoria. Mais informações podem ser obtidas na subseção Serra. Participe!



Parceiros: Apsiconor, ARH Serrana, Cappes, Constructo, FSG, Sociedade de Psicologia e UCS

## Psicoterapia

A inclusão da psicoterapia nos planos de saúde tem sido um dos temas mais debatidos ultimamente pelo Grupo de Trabalho da Psicoterapia. A participação dos psicólogos e das instituições formadoras nas reuniões abertas é muito importante para a discussão e criação de um posicionamento da categoria sobre essa questão.

Informações sobre o próximo encontro podem ser obtidas no site do Conselho ([www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br)) ou pelo telefone (51) 3334-6799.

## Avaliação Psicológica

A Comissão de Avaliação Psicológica se reúne quinzenalmente, nas segundas-feiras, às 19h30, na sede em Porto Alegre, para tratar de assuntos referentes à avaliação psicológica nas diversas áreas de atuação dos psicólogos.

No dia 17 de abril, às 19h, a Comissão de Avaliação Psicológica e a Comissão de Orientação e Fiscalização irão promover um encontro com os psicólogos que realizam Avaliações Psicológicas em concursos públicos.

## Trânsito

O Grupo de Trabalho dos(as) Psicólogos(as) do Trânsito tem mantido contato com a nova direção do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS), objetivando dialogar sobre: a atuação da categoria junto aos Centros de Formação de Condutores (CFC), testes psicológicos, remuneração, condições e qualidade de trabalho. O GT convida todos(as) os(as) psicólogos(as) que atuam em CFCs e/ou envolvidos com Psicologia do Trânsito para um encontro, no dia 11 de abril, às 19h30, na sede do CRP (Av. Protásio Alves, 2854/301 – Porto Alegre).

## Ética

Atualmente, a Comissão de Orientação e Ética (COE) possui 27 processos éticos instaurados em fase de instrução e 14 representações em análise. Além disso, existem cinco Plenárias de julgamento agendadas para os meses de março, abril e início de maio.

### Entrega de carteiras

De janeiro a março de 2008, o CRPRS realizou sete eventos de entrega das carteiras de identidade profissional aos recém-formados em Psicologia, que puderam conhecer as atribuições do Conselho e tirar dúvidas sobre o exercício profissional. As solenidades ocorreram em Porto Alegre, Pelotas e Caxias do Sul. Foram parceiros nessas iniciativas a Sociedade de Psicologia, a Apsiconor e o Sindicato dos Psicólogos.



### Controle Social

No dia 11 de abril, a Comissão de Políticas Públicas promove mais um encontro de capacitação para os(as) psicólogos(as) que atuam nas instâncias de controle social. Os palestrantes serão: Milton Francisco Kempfer, Conselheiro do CES/RS, e Dr. Derocy Giacomo

Cirillo da Silva - Procurador da República aposentado. Informações sobre local e horário estão no site [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).

A Comissão de Políticas Públicas de Porto Alegre se reúne todas as quartas-feiras, das 19h às 21h, na sede do CRPRS. Participe!

## Pelotas

A Comissão Gestora da subsede Pelotas se reúne todas as quartas-feiras, às 19h, para relatar as ações que estão sendo implementadas na região e também no Estado. O processo de interiori-

zação do CRPRS, previsto no planejamento estratégico da nova gestão, já foi iniciado com a realização de eventos na subsede e nos municípios vizinhos onde há o maior número de profissionais.

## 1º de maio

O CRPRS está organizando eventos alusivos ao Dia do Trabalhador. Em Porto Alegre, será realizado o debate O Psicólogo enquanto Trabalhador, no dia 14 de maio, às 19h, na sede do CRP. As panelistas serão as psicólogas Maria de Fátima Bueno Fischer, Vânia Mello e Gislei Lazarotto. Também estão sendo planejadas atividades nas subsedes de Caxias do Sul e Pelotas. Saiba mais no site: [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).

## Pesquisa

A Comissão de Direitos Humanos do CRPRS promove evento sobre Ética e Pesquisa em Psicologia, no dia 15 de maio, na sede do CRP. A entrada é franca. Mais informações pelo fone (51) 3334-6799 ou no site [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).

## Recadastramento

O Sistema Conselhos de Psicologia está implantando um Cadastro Nacional dos Psicólogos. Para tanto, todos os profissionais deverão efetuar o recadastramento, através do site do Conselho Federal de Psicologia ([www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)). Você receberá em casa as instruções para o procedimento.

# Lei Maria da Penha

*Desembargadora Maria Berenice Dias avalia os dois anos de aplicação da Lei*

*Maria Berenice Dias é desembargadora do Tribunal de Justiça do RS, presidente da 7ª Câmara Cível, vice-presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFam, presidente de Hon-*

*ra do Jus Mulher e do Programa de Assistência à Mulher Apenada - PAMA, e em 2006 foi embaixatriz do Brasil na I Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Montreal, Canadá.*

**Entrelinhas – Dra. Maria Berenice, a senhora foi uma das principais defensoras da aprovação da Lei Maria da Penha, que agora está prestes a completar dois anos de vigência. Como a senhora avalia este período?**

Maria Berenice Dias – A Lei Maria da Penha veio para chamar a atenção para um fato que sempre esteve acobertado, dentro de casa, como um assunto doméstico pelo qual ninguém se interessava. Ela escancarou a realidade para as pessoas se darem conta de que a violência doméstica é algo muito perverso. Antes desta Lei, as ações de violência doméstica estavam perdidas no meio das outras ações. Como agora esses processos passaram a ser julgados por outros juízes, eles tiveram que trocar de lugar, o que permitiu que se começasse a quantificar esses casos no Brasil. E os números foram assustadores. Ninguém imaginava que fosse tão significativo. Isso despertou um pouco a consciência geral de que alguma providência precisa ser tomada. Esse é o lado positivo. Agora, nesses dois anos, a

aplicação – aliás, já era esperado – está muito aquém da proposta e do que deveria ser feito. Foi determinada a criação de juzgados de violência doméstica, por exemplo, e ainda não temos 40 instalados no Brasil! Vara especializada em Porto Alegre tem uma só, e é uma Vara muito acanhada, sem a estrutura necessária, pois a mulher chega e tem que falar no balcão. Não existe uma peça para ela ser atendida, não tem um lugar para deixar as crianças, e ainda está instalada no centro da cidade, quando se sabe que 70% da demanda vêm dos foros distritais.

**Entrelinhas – No RS existem apenas oito Delegacias de Atendimento à Mulher, e 31 postos policiais para Mulher. Como fica o atendimento às mulheres que residem em cidades que não contam com esta estrutura?**

Maria Berenice Dias – Elas têm que buscar uma delegacia comum, o que é muito ruim, porque é um fato diferenciado. Se te roubam o carro, tu chegas no balcão de uma delegacia e diz: roubaram meu carro. Outra coisa é tu ires lá e fazer uma denúncia de violên-



*Maria Berenice Dias: O psicólogo é um agente indispensável para dar suporte à vítima*

cia doméstica. Não pode ser em um balcão. Ela precisa ser ouvida por alguém capacitado para esta escuta, em um lugar adequado, numa sala fechada, sem estar no meio das outras pessoas. Nas delegacias das mulheres e nos postos para mulheres eles procuram fazer isso, mas nos outros não. Então fica o atendimento normal de qualquer delegacia. Está todo mundo ali e ela chega: o meu marido me bateu, ou me estuprou. É essa omissão de atendimento especializado que faz a violência ser tão subdenunciada. Tem-se uma estatística de que nem 10% das agressões são denunciadas.

#### **Entrelinhas – A mulher ainda resiste em denunciar?**

Maria Berenice Dias – Sim, porque se tem aquele sonho do amor eterno, do casamento perfeito, esse conceito de pertencimento, que dá muita segurança para as pessoas, principalmente para as mulheres. Pertencer a alguém, ou estar dentro de uma estrutura familiar, ter um “homem”, tem um determinado status social. Então é difícil denunciar algo que rompe isso.

*Primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias está sempre atenta às questões que atingem as minorias e tornou-se líder feminista, destacando-se no combate à violência doméstica. Em pronunciamento realizado na Câmara Federal, em março de 2006, defendeu a aprovação da Lei Maria da Penha, finalizando o discurso com as seguintes palavras: “Salvem a vida de milhares de mulheres, pois 70% são mortas por seus maridos ou companheiros e somente 2% são condenados. Por favor, deixem-nos viver!” A Lei 11.340 foi aprovada em agosto de 2006, e hoje a desembargadora avalia a sua aplicabilidade nesses quase dois anos.*

### **Entrelinhas – Existe um perfil de pessoas que mais denunciam a violência doméstica?**

Maria Berenice Dias – Este é o crime mais democrático que existe, porque ocorre em todas as camadas sociais e níveis intelectuais. Mas, à medida que aumenta o poder econômico das pessoas, parece que a dificuldade de denunciar é ainda maior. Em primeiro lugar por causa da repercussão social, parece que se tem mais a perder: status econômico, social, viagens, roupas. Conheço um caso de um marido que cada vez que brigava com a esposa, cortava um pedaço do casaco de peles dela. Depois, quando faziam as pazes, ele dava um casaco novo. Essa é uma forma de violência patrimonial, mas que não se denuncia.

### **Entrelinhas – A Lei prevê um atendimento multidisciplinar, com profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.**

Maria Berenice Dias – Isso é o mais importante. Mas para ser cumprido, precisa ter os juizados, e nem temos os juizados ainda, quanto mais esse atendimento. E a alegação é sempre a falta de dinheiro. No fundo é pura má-vontade, porque todo mundo acha que é um fato que não traz um reflexo para a sociedade. Aquela velha frase: “Em briga de marido e mulher, ninguém põe a colher”. E acaba que as mulheres não recebem o atendimento que deveriam. Elas tinham que ser acolhidas ali, no momento da denúncia, por uma equipe interdisciplinar, até pra reforçar um pouco a auto-estima, que chega muito baixa. É muito difícil fazer uma denúncia. Temos que pensar que é o des-

moronamento de uma vida, de quem tem construída uma história, filhos, casa... Ela vai em busca de um pedido de socorro e recebe um atendimento burocrático, frio, preconceituoso. Ao se sentir desprotegida, ela vira refém da fase seguinte à violência, chamada lua-de-mel, quando o companheiro promete que não vai mais acontecer, manda flores, e começa a culpá-la, atribuindo a violência ao não cumprimento de atribuições tidas como femininas. Então, quando descumpre essas tarefas (cuidar da casa, dos filhos), que parecem ser a função da vida dela, no fundo a mulher se acha um pouco merecedora da punição que recebeu. Porque, afinal de contas, ela descumpriu o seu papel. Daí ela volta e retira a queixa. E o desistir não quer dizer que o problema ficou solucionado, que a violência acabou.

### **Entrelinhas – Como a senhora vê a relação da Psicologia com o Judiciário?**

Maria Berenice Dias – Eu acho que foi um casamento perfeito. Essa aproximação interdisciplinar humanizou muito a Justiça e acho que esse é um caminho sem volta. As pessoas começaram a serem vistas como indivíduos. E isso faz uma diferença muito significativa. Começamos a fazer uma Justiça de melhor qualidade na medida em que acabamos nos cercando desses complementos interdisciplinares.

### **Entrelinhas – Na sua opinião, qual seria o papel do psicólogo na promoção dos Direitos Humanos? O que ele poderia fazer para ajudar na implementação da Lei Maria da Penha?**

Maria Berenice Dias – Se eu tivesse que optar quem é a pessoa mais importante desse pro-

cesso com certeza é muito mais o psicólogo do que o juiz, do que o promotor, do que o próprio defensor. O psicólogo é um agente indispensável para dar esse suporte à vítima, para quebrar esse ciclo tão perverso da violência. Tanto para atender os casos como para coibir os fatos acontecidos. O que eu tenho preconizado muito é que, ao invés de se aplicar penas, que antes era o pagamento de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade, na violência doméstica o agressor deve ser encaminhado para acompanhamento, participação de grupos terapêuticos. Porque a pessoa não tem consciência da ilicitude, ele não acha que aquilo é crime, mas sim o exercício de um direito. Acho que a única salvação na questão da violência é a valorização e a participação mais ativa do psicólogo neste processo.



## Saiba mais

**O que prevê a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**

**Para o marido agressor:**

- Detenção de três meses a três anos
- Encaminhamento a programas de recuperação
- Possibilidade de ter a prisão preventiva decretada a qualquer momento
- Possibilidade de ser afastado do lar
- Impossibilidade de trocar a condenação por cesta básica ou multa

**Para a mulher agredida:**

- Atendimento em programas assistenciais
- Possibilidade de se afastar do trabalho por até seis meses, sem perda do vínculo
- Proteção policial ou garantia de ser abrigada em local seguro

- Assistência judiciária gratuita
- Suspensão da procuração conferida ao agressor
- Caracterização da violência psicológica como crime, assim como a violência patrimonial (inclusive a destruição de instrumentos de trabalho ou a retenção de documentos pessoais)

**A estrutura:**

- Criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Criação de Delegacias de Atendimento à Mulher
- Integração entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e as áreas de segurança e assistência

# Violência familiar

Com sete anos de atraso, Maria da Penha Maia Fernandes, 63 anos, receberá uma indenização de R\$ 60 mil do governo do Ceará, de acordo com informações do Jornal Folha de São Paulo. Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) determinou que o Estado do Ceará pagasse uma indenização de US\$ 20 mil por não ter punido judicialmente seu ex-marido Marco Antônio Heredia Viveros. Ele a agrediu durante seis anos e tentou matá-la por duas vezes. Em uma delas, com um tiro pelas costas, a deixou paraplégica. Maria da Penha virou símbolo da luta contra a violência, dando nome à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Assim como ela, muitas mulheres enfrentam a violência dentro de casa. Estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, com um universo de 61,5 milhões de mulheres, revelou que pelo menos 2,1 milhões foram espancadas naquele ano no país, o equivalente a 175 mil/mês, 5,8 mil/dia, 243/hora, 4/minuto – uma a cada 15 segundos.

De acordo com a advogada Rubia Abs da Cruz, Coordenadora Geral da Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, o Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher de Porto Alegre recebe uma média de 700 casos mensais, e a Delegacia da Mulher da capital alcança 1.000 registros por mês. Em março, o número foi bem superior: “já haviam mais de 3.000 casos na Delegacia até o dia 20 de março”, afirma Rubia.

Ainda há muitas pessoas que resistem em denunciar. As causas são variadas, mas perpassam especialmente por questões culturais. “As mulheres resistem à separação, mesmo com ameaças e violências, porque acreditam que podem mudar a situação em nome da família e dos filhos”, constata a advogada, que completa que a falta de conhecimento sobre os seus direitos e sobre como acessá-los é outro empecilho. “Muitas mulheres não sabem das dinâmicas da polícia e do Judiciário, o que dificulta lidar com estes sistemas. E ainda existe um mito nas comunidades de que se elas saírem de casa em decorrência da violência, haverá abandono do lar e que elas serão prejudicadas com essa postura”.

E é justamente aí que entra o trabalho da Themis, organização não-governamental fundada há 15 anos por um grupo de feministas de carreira jurídica, que tem como missão ampliar as condições de acesso à Justiça através da construção de mecanismos de defesa e promoção de direitos. Inspirada na experiência latino-americana das Paralegais, a Themis realiza a capacitação popular de mulheres para o acesso à Justiça. Conhecedoras de seus direitos, as Promotoras Legais Populares (PLPs) são multiplicadoras de informações e mantêm atuação sociopolítica e educativa em diversos órgãos de controle social. As PLPs também encaminham casos de violações de direitos à advocacia feminista da Themis, para que sejam realizados os devidos encaminhamentos jurídicos.

O trabalho das PLPs gaúchas ganhou reconhecimento nacional, tanto que 55 ONGs de

# e doméstica

todas as regiões do País já foram capacitadas pela Themis e agora também realizam a formação de promotoras populares em suas comunidades. Atualmente, são cerca de 2.000 mulheres que integram a Rede de Justiça e Gênero impulsionada pela entidade. Outro programa desenvolvido pela ONG desde 2003 é o Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs), voltado ao empoderamento de mulheres jovens de classes populares.

## Lei Maria da Penha

Criada para coibir a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Brasil, a aprovação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) em agosto de 2006 teve um grande impacto na so-



## Entidades ligadas à violência contra a mulher no RS

- Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher - 1
- Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher - 40
- Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher - 24
- Centros de Referência à Mulher - 6
- Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres - 39
- Casas Abrigo - 4
- Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual - 11
- Grupos e Organismos Não Governamentais de Mulheres - 4
- Pastorais da Mulher Marginalizada - PMM - 2

*Fonte: Site da Presidência da República*

cidade e no Judiciário, principalmente no que se refere à prisão em flagrante e prisão preventiva, artigo que foi mais explorado pela mídia na época. Ocorre que a possibilidade de prisão é para casos específicos e não uma regra geral para qualquer ocorrência policial decorrente de violência doméstica e familiar. “O lado mais importante da Lei, em relação a medidas protetivas de urgência e o caráter pedagógico foi pouco divulgado”, lamenta Rubia. No âmbito jurídico, ainda se discute sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e se ela não fere questões do Código Penal.

A advogada Rubia lista algumas razões para a resistência por parte de operadores do Direito na implementação da Lei: a) falta de compreensão da dimensão do problema da violência contra as mulheres no país; b) histórico tratamento da violência doméstica contra as mulheres como delito menor; c) não reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como violação dos direitos humanos; d)

não incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres na aplicação das leis pelo Poder Judiciário brasileiro; e) ausência do conhecimento da lei por parte das mulheres, o que dificulta a exigência de cumprimento dos direitos estabelecidos pela Lei de Violência Doméstica; f) criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar; g) registro de ocorrência de acordo com a Lei em todas as Delegacias de Polícia.

Para avaliar a aplicação da Lei no Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, montou um observatório nacional, constituído por um consórcio de entidades, grupos feministas e de estudo de gênero, universidades e ONGs. A psicóloga Martha Narvaz, da ONG Coletivo Feminino Plural é uma das integrantes desse grupo que esteve reunido em Salvador (BA) no início de março. “Vimos que ainda se tem uma grande dificuldade em tipificar corretamente a Lei nas delegacias, o que faz com que sigam usando o

### Sentinela

O Programa Sentinela é um serviço de proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Ele tem como princípio desenvolver ações articuladas governamentais e não-governamentais; manter o compromisso ético, moral e político das ações e obedecer aos direitos à dignidade, ao respeito e à liberdade. Seus objetivos são prestar atendimento social, psicológico e educativo especializado às crianças e adolescentes, assim como seus familiares, e desenvolver ações sociais para o fortalecimento da auto-estima e o restabelecimento do direito à convivência familiar e comunitária da população infanto-juvenil. Além de proporcionar um atendimento psicossocial e jurídico, o serviço deve ofertar ações de prevenção e busca ativa que, por intermédio de equipes de abordagem em locais públicos, realize o mapeamento das situações de risco e/ou violação de direitos que envolvam crianças e adolescentes. Informações de como participar e mais detalhes sobre o Programa Sentinela são encontrados no site [www.mds.gov.br/programas](http://www.mds.gov.br/programas).

## Falando em violência doméstica...

### ... no Brasil:

- 4 em cada 5 faltas ao trabalho das mulheres são causadas pela violência doméstica.
- 76% das vítimas têm filho com o agressor, 17% estão grávidas, 30% dos filhos também são agredidos.
- 75% das vítimas são agredidas seguidamente, 7% uma única vez.
- Apenas 50% das vítimas buscam auxílio policial por conta própria.
- A cada 15 segundos uma mulher é espancada.
- 33% da população feminina admite já ter sofrido algum tipo de violência.
- Em 70% das ocorrências o agressor é o marido ou o companheiro.
- 1,9% do PIB brasileiro é consumido no tratamento de vítimas da violência doméstica.
- São registradas 300 mil denúncias de violência doméstica por ano.

### ...no mundo:

- 41% dos homens que agredem as mulheres também agredem os filhos.
- Um terço das crianças que sofrem violência vão reproduzir o ciclo.
- 60 milhões de mulheres já foram mortas por questões de gênero.
- Nos Estados Unidos, 4 milhões de mulheres apanham por ano, a cada 9 segundos uma mulher é fisicamente violentada por seu companheiro.
- Na Bolívia, em caso de lesões, o marido só é punido se a mulher ficar incapacitada por mais de 30 dias.
- O espancamento de filhos e os crimes passionais ocorrem na mesma proporção em todas as classes sociais.

Fonte: [www.mariaberenicedias.com.br](http://www.mariaberenicedias.com.br)

recurso da Lei 9099 que previa o pagamento de cestas básicas em casos de violência”.

Para Martha, o trabalho da Psicologia junto a essas questões ainda é tímido, devido também à formação profissional: “Os psicólogos não estão capacitados para trabalhar com políticas públicas, com violência, com o coletivo, com a pobreza. Ainda se tem a idéia do psicólogo dentro do seu consultório, mas a gente pode atuar em vários níveis, desde a prevenção, a orientação, junto a programas de capacitação, etc.”.

## Violência psicológica

Sobre a inclusão da violência psicológica como uma das categorias passíveis de aplicação da Lei Maria da Penha, Martha lembra que nem sempre quem sofre este tipo de violência conse-

gue perceber isso. “No senso comum as pessoas pensam que existe um tipo de violência pior que outros, mas não é verdade. A violência psicológica traz tantos danos quanto a física, às vezes até mais, porque em geral ela é reiterada, sutil e constante. As pessoas, em especial crianças, meninas e mulheres, são humilhadas, depreciadas, desqualificadas, durante anos”, constata Martha, lembrando que essas situações podem afetar a auto-imagem, auto-estima, causando depressão, ansiedade, entre outros danos à subjetividade. Para ela, esse é um dos papéis da Psicologia: poder desnaturalizar alguns fenômenos que as pessoas já nem percebem mais. “Cabe a gente ajudar e informar as pessoas para que elas conheçam a Lei. Só sabendo dos seus direitos é que irão acessá-los”, conclui.

### A COF Responde

#### Em que situações o(a) profissional da Psicologia poderá romper com o sigilo profissional?

O sigilo profissional é condição inalienável dentro da atividade do(a) profissional psicólogo(a), constituindo-se em uma das principais garantias que alicerçam a relação com seu atendido – seja ele paciente, escola, instituição, etc. Entretanto, existem situações em que o(a) psicólogo(a) estará responsabilizado(a) a rever o seu compromisso de sigilo das informações das quais tomou conhecimento em sua prática profissional, visando à proteção do seu atendido ou outro. Destacamos, em especial, os atendimentos que envolvem crianças e adolescentes, quando do relato ou suspeita de situações de abuso, negligência ou maus-tratos. Nestes casos, o profissional deverá dar ciência à autoridade competente sobre o fato ou suspeita. Este procedimento tem fundamentação legal

no Código de Ética Profissional, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, em especial em seus artigos 9º e 10, orienta a conduta diante da identificação da necessidade de quebra do sigilo, levando em conta o menor prejuízo para seu atendido e limitando-se as informações estritamente necessárias para o devido encaminhamento do caso.

A quebra do segredo profissional é matéria complexa, exigindo intenso processo de reflexão, bem como conhecimento do fato e da legislação. Recomendamos ao psicólogo que, nos casos em que possua dúvidas nos procedimentos a serem adotados, consulte a Área Técnica do CRPRS ou colegas profissionais que atuam com estas questões, visando tomar adequada conduta profissional.

#### Nota de Esclarecimento: Psicoterapia

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul vem a público esclarecer a respeito da prática intitulada Psicoterapia, em decorrência de informativos e anúncios veiculados na mídia que apresentam cursos e tratamentos que não estariam contemplados na ciência e técnicas psicológicas, mas de práticas que não possuem o respaldo científico ou o reconhecimento profissional.

Lembramos que a Psicoterapia é prática do psicólogo, bem como de psiquiatras, por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos.

Alertamos que práticas tidas como de “regressão a outras vidas ou de memórias”, “técnicas reencarnacionistas” e “terapias com florais” não se constituem técnicas psicológicas ou psicoterápicas de uso dos profissionais psicólogos, estando os mesmos impedidos de utilizarem tais práticas. Mais informações podem ser obtidas junto à Área Técnica do CRPRS, através do e-mail: [orientec@crprs.org.br](mailto:orientec@crprs.org.br), ou fone (51) 3334-6799.

#### Recibos

Todo profissional da Psicologia está obrigado a emitir recibo de comprovação de pagamento a seus serviços. Alertamos que a emissão de recibos fica condicionada ao atendimento efetuado pelo profissional àquele cliente ou responsável legal. A emissão de recibos sem o devido atendimento, se constitui em falta ética assim como em fraude à legislação fiscal.

# CREPOP completa dois anos

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – é uma estrutura presente em todo o Sistema Conselhos desde 2006. Tem como objetivo ser um espaço de interlocução e busca permanente de referenciais teóricos e práticos sobre as intervenções desenvolvidas pelos profissionais que atuam no campo das políticas públicas. Desta forma, o CREPOP vem consolidando sua ação especialmente a partir do diálogo estabelecido com a categoria, que tem muito a dizer sobre este assunto. Sensibilizar nosso olhar e investir cada vez mais numa prática voltada aos direitos humanos já não é mais uma intenção, (re)conhecer as práticas, subsidiar novas ações e sustentar o compromisso social da Psicologia neste campo é meta do CREPOP e será atingida na medida que cada vez mais profissionais estejam pró-ativamente envolvidos.

## Estágio

Em março, foi efetivado o credenciamento do Centro junto à faculdade de Psicologia da PUCRS como espaço de estágio curricular. As alunas Carolina dos Reis e Thais Bennemann, ambas no 7º semestre, já estão participando desta iniciativa piloto que tem como proposta ampliar e oportunizar a experiência para outras faculdades. “Estar mais próximo dos espaços acadêmicos e pensar/incidir nos processos de formação também é meta do CREPOP”, explica a psi-

cóloga Sílvia Giugliani, assessora técnica do Centro no Rio Grande do Sul.

## Diálogo com a categoria

O CREPOP entende que nenhum processo se encerra, todos os caminhos estabelecem um ponto de partida que será muito mais rico se percorrido coletivamente. É desafio também dos profissionais a qualificação e produção de novas ações, pautadas pela realidade vivida. Propor novos encontros. Viver novas oportunidades. Produzir saúde e cidadania à população e à categoria.

O CREPOP busca consolidar suas fontes de informação e articulação através da realização de reuniões específicas e compondo a Comissão de Políticas Públicas. Outras estratégias de aproximação são a realização de visitas a serviços, presença em fóruns de debate e de controle social, pesquisa online, consulta pública e articulação em rede virtual.

Os profissionais que participaram das pesquisas online e grupos focais em 2007, agora devem ficar atentos às consultas públicas no site do CREPOP. Segundo Sílvia, “cabe ressaltar que é fundamental que os profissionais contribuam nesta etapa, pois o resultado será uma publicação com referências técnicas que subsidiem as práticas profissionais em diferentes áreas de atuação”. Duas consultas já foram concluídas: Psicólogos que atuam nos CRAS/SUAS e Saúde do Trabalhador.

## Participe!

Os objetivos do CREPOP, assim como os resultados das pesquisas desenvolvidas no ano de 2007, podem ser acessados no site <http://crepop.pol.org.br>. Este acesso também viabiliza aos profissionais de diversas áreas a utilização de outras ferramentas do site, como a biblioteca virtual. Indique publicações, textos e outros materiais afetos à prática psi nas políticas públicas para que possam ser inseridas neste acervo.

Entre em contato através do email [crepop@crprs.org.br](mailto:crepop@crprs.org.br)

**O georreferenciamento das pesquisas realizadas em 2007 já está disponível no site do CREPOP. As áreas em questão foram:**

- Adolescentes em privação de liberdade
- Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes
- Poder Judiciário – Vara de Família
- DST/HIV/AIDS
- Sistema Prisional
- CAPS

## Agende-se!

**Pesquisas online programadas para 2008:**

- Educação Inclusiva
- Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto
- Mulher e Gênero: impacto da Lei Maria da Penha
- Atenção Básica em Saúde

**Consultas Públicas direcionadas a profissionais que atuam com:**

**Fevereiro/março** – Programas de enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes.

**Abril/maio** – Medidas Sócio Educativas em Unidades de Internação.

**Maio/junho** – Programas de DST/HIV/AIDS.

**Julho/agosto** – Poder Judiciário - Vara de família e serviços correlatos.

**Agosto/setembro** – Sistema prisional.

**Setembro/outubro** – CAPS.

**Novembro/dezembro** – Manicômio Judiciário.

## Sobre a pesquisa “cerebral” com adolescentes

O CRPRS, desde novembro de 2007, vem participando de discussões e reflexões em torno do projeto de pesquisa a ser desenvolvido por pesquisadores da PUCRS e UFRGS, que visa investigar a raiz da violência no desenvolvimento humano através do mapeamento cerebral de 50 adolescentes internos na FASE que cometeram homicídio. Desde a divulgação do estudo por um dos próprios pesquisadores ao Jornal Folha de São Paulo, profissionais das mais diversas áreas do saber científico, assim como organizações não-governamentais e movimentos sociais têm demonstrado preocupação em torno de um projeto que, apesar de não ter sido divulgado oficialmente em sua íntegra, permite suscitar uma série de questionamentos ético-políticos em função da complexidade do objeto de estudo (a violência), dos sujeitos escolhidos para participarem do mesmo (adolescentes internos na FASE) e, principalmente, dos efeitos que os possíveis resultados encontrados poderão acarretar na vida destes jovens, tais como potencializar estigmas, rótulos e preconceitos a que esta população já se encontra sujeita há tantos anos.

A posição do CRPRS tem sido de questionamento e oposição em relação à realização da pesquisa por uma série de motivos já divulgados em artigos de jornais de circulação nacional, participação em debates na mídia televisiva e em programas de rádio da imprensa gaúcha. Entretanto, cabe esclarecer que se opor à realização da referida pesquisa não significa se opor a práticas de pesquisas, bem pelo contrário, já que o que buscamos com todo este movimento é justamente fomentar a discussão e a reflexão sobre as produções de conhecimento a respeito do ser humano e principalmente sobre as múltiplas implicações que as pesquisas e as “verdades” científicas acarretam nas relações humanas.

Acreditamos que a produção de pesquisas científicas não deve estar descontextualizada dos questionamentos sobre o que move o pesquisador na busca de explicações acerca de determinada temática e não de outras, de como ocorre a formulação de seus conceitos-chave e, especialmente, quais as bases teóricas, epistemológicas e políticas que (re)produzem as “verdades” que sustentam seus procedimentos de pesquisa, bem como quais os efeitos que tais bases e procedimentos acarretam para os sujeitos participantes e para a sociedade como um todo.

Desta forma, os inúmeros questionamentos em torno do projeto têm como objetivo chamar a atenção de profissionais das mais diversas áreas científicas, de autoridades, da própria Psicologia e da sociedade como um todo, para o fenômeno das relações humanas atuais, muitas vezes consideradas extremamente e cada vez mais violentas, porém de forma latente, simbólica e institucionalizada. A compreensão destas questões implica na realização de estudos transdisciplinares, envolvendo conhecimentos aprofundados em diversas outras ciências, não só nas neurociências ou na genética, onde a análise e compreensão do funcionamento biológico e genético humano seja somente um elemento em relação com diversos outros e não um fim em si mesmo, sob pena de culpabilização e individualização de relações que são da ordem do coletivo e multicausais, decorrentes da forma como a sociedade encontra-se organizada em torno da produção das condições materiais e subjetivas que garantem a (re)produção da existência de todos e de cada um de nós. Ignorar tal perspectiva mais ampla seria mais uma forma de aumentar as relações violentas contemporâneas.

É necessário compreender que a própria escolha destes adolescentes como diretamente vinculados ao conceito de violência já define uma complicada correlação simplista e reducionista, pois tal

escolha diz que tais sujeitos seriam pelo menos um dos grandes responsáveis pela violência, neste caso criminal, o que é um grande equívoco. A questão da violência na contemporaneidade deve ser considerada extremamente complexa e de difícil, ou muitas vezes impossível, demarcação, envolvida com inúmeros fatores sociais, culturais, institucionais, comunitários e científicos que coloca o ato agressivo como uma das manifestações de uma complexa rede de relações de poder historicamente construídas e sempre instáveis. Neste sentido, tentar achar algo “interno” e objetivo no sujeito para explicar algo tão complexo denota uma concepção natural das relações humanas, o que já acarretou ao longo da história violências extremamente graves a grandes parcelas de seres humanos como, por exemplo, as teorias e pesquisas lombrosianas.

Sabe-se que as pesquisas na área da Psicologia sempre beberam da fonte das ciências naturais, trazendo uma pretensa separação entre sujeito e objeto que culminaram em pretensas posturas assépticas, neutras, apolíticas e a-históricas. Porém, tirar de qualquer discurso contemporâneo, seja científico ou não, a sua influência política, ética, histórica e formadora de opiniões mostra-se, pelo menos, um pensamento ingênuo.

Diante disso, o Conselho Regional de Psicologia continuará acompanhando o andamento da pesquisa e em breve promoverá encontros para discussão com a categoria sobre os temas que o referido estudo evoca, buscando ampliar a reflexão ético-política com os psicólogos e contemplar a diversidade teórico-conceitual.

**Confira trechos de alguns comentários recebidos pelo site do CRPRS sobre o referido Estudo. A íntegra dos comentários pode ser acessada no site [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br) no link notícias.**

“Nosso instrumento de trabalho, na Psicologia, é o sujeito, o mundo interno e como esse mundo chega à fase adulta entendendo-se e comportando-se através do desenvolvimento das suas virtudes e modo de enxergar a vida (a vida que teve). Nosso compromisso deve ter associado os assuntos da alma e não da biologia. O nosso ramo de estudo está intrinsecamente ligado à construção e desenvolvimento do ser no que tange a inteligência, percepção, afeto e espiritualidade.”

**Jeanini Almeida Lopes - Pelotas/RS**

“Não vejo como problema a pesquisa, mas poderia ver em paralelo jovens de classe econômica mais favorecida, pois temos visto, através da mídia, verdadeiras atrocidades praticadas por adolescentes com boa escolaridade e uma boa situação econômica. Um estudo comparativo poderia trazer maior benefício a todos.”

**Marisa Dumke Dalla Roza - São Leopoldo/RS**

“Se vivêssemos de fato numa democracia, o que estaria em jogo não é a liberdade do comentário das pessoas, mas sim o próprio cunho da pesquisa, que evidentemente está se dirigindo a uma determinada parcela da juventude, afinal, quem são os jovens da FASE? Sabemos que esses jovens são majoritariamente pobres, vivem em situação de marginalidade social, com baixo nível de escolaridade... Por que, então, não fazer uma pesquisa desse tipo com os jovens de uma classe economicamente privilegiada?”

**Andrea Scisleski - Porto Alegre**

“Quero parabenizar a diretoria do CRP pela iniciativa da tomada de posição quanto à pesquisa em questão. Acredito que, como eu, outros tantos profissionais da Psicologia e outras áreas

estão indignados e repudiam este tipo de trabalho. Diversas redes de garantia de direitos e de militantes da infância e da adolescência têm se manifestado e o Conselho também deve continuar fazendo o mesmo.”

**Carla Bottega - Porto Alegre/RS**

“Não sou contra a pesquisa científica na área de neurobiologia, porém tenho algumas dúvidas sobre essa que desejam realizar na FASE. (...) É claro que os adolescentes internados na FASE vêm de camadas empobrecidas da população e com vivências que muitos sequer imaginam que interferem diretamente no seu “conflito com a lei”, as causas sociais, refletindo no seu âmbito familiar e conseqüentemente individual são inquestionáveis. Pergunto: será também realizada pesquisa com os adolescentes de classe média e alta que cometeram os mesmos atos infracionais e não foram internados na FASE por terem uma situação financeira e familiar “melhor”? Os pais desses adolescentes permitiriam que eles participassem da pesquisa para compararmos os dados dos seus exames com os dos adolescentes internados? E os adolescentes que viveram e vivem em situação de risco e precariedade social e conseqüentemente familiar e, apesar de tudo, não se envolveram em atos infracionais serão também submetidos a exames para que seja possível comparar as diferenças de funcionamento dos seus cérebros com os outros adolescentes ricos ou pobres que cometeram delitos?”

**Aline de Moraes Fernandes - Passo Fundo/RS**

“Uma pesquisa científica tem que apresentar, além de uma hipótese clara, justificativa, relevância e objetivos bem definidos e de importância para a sociedade. (...) Qual o objetivo dessa pesquisa? Quem a patrocina? Será que nos depararemos, ao final da pesquisa, com mais uma indicação medicamentosa para transtornos psíquicos?”

**Adriana Deiques - Porto Alegre/RS**

# Pesquisa de mercado

A inserção e contribuição da Psicologia em diversos campos de atuação é cada vez maior e a atuação do psicólogo no campo organizacional tem-se desenvolvido não somente voltado ao comportamento de trabalhadores mas também voltado ao comportamento do consumidor. No Brasil há uma crescente preocupação das organizações em conhecer o que sentem, qual a percepção e como comportam-se os consumidores de diferentes setores e segmentos.

Em um mercado cada vez mais saturado de marcas, mensagens e possibilidades, se as empresas não souberem exatamente como se comporta seu consumidor, correm sérios riscos de não atingi-lo. O alerta é do publicitário Gilberto Della Giustina, diretor de planejamento da DCS Comunicações. Para ele, antes de iniciar qualquer campanha, é fundamental ouvir o público-alvo, saber o que ele pensa e sente, e essa pesquisa deve ser feita por uma equipe interdisciplinar. “A compreensão que a Psicologia tem do ser humano é preciosa, e aplicar este conhecimento para entender melhor as necessidades do consumidor é devolver a este mercado o que ele quer”.

Para o psicólogo Rodrigo Trevisan, consultor em Pesquisa de Marketing, a relação entre essas áreas é extremamente proveitosa e rica. “Publicidade feita de forma profissional e séria não é criada apenas através de insights brilhantes, mas também de muito trabalho de base, contando sempre com a pesquisa como aliada”.

Mas e as empresas, já perceberam a importância da pesquisa de mercado? A psicóloga organizacional Andréia Bonato da Silva, que trabalha justamente com isso desde 2000, acredita que as multinacionais sim, mas nas empresas daqui, esta cultura ainda não está totalmente consolidada. “O Brasil não tem, como um todo, uma tradição de pesquisar. Encaramos isso como

Acadêmico, e não como parte de um processo valioso que pode ser usado em várias frentes de acordo com o segmento a que se aplica”, diz.

Já para Trevisan, este é um mercado de trabalho com grande potencial de crescimento para a Psicologia, entretanto, sente falta de mais opções de cursos na área. “Seria importante que os currículos das faculdades de Psicologia incluíssem cadeiras sobre Marketing, Gestão, Publicidade e comportamento do consumidor, uma vez que a Psicologia se faz presente no currículo de algumas faculdades de Administração, Marketing e Publicidade”.

E qual o perfil do profissional para atuar com pesquisa de mercado? Para Giustina, ele tem que ser curioso, criativo, e estar sempre redesenhando seu raciocínio na busca de novas respostas. Andréia acrescenta outros pontos importantes: capacidade investigativa e perspicácia, além do gosto por desafios e “jogo de cintura”.

## Manipulação?

Para aqueles que julgam a atuação da Psicologia junto à Publicidade como um processo de manipulação, Trevisan responde: “Nenhum produto ou marca se sustenta apenas na sua publicidade. Se o consumidor ficar insatisfeito, arrependido ou experimentar uma dissonância cognitiva advinda de um processo de compra, terá reduzidíssimas chances de voltar a adquirir esse mesmo produto e irá transmitir a sua má experiência a familiares e amigos”.

Andréia salienta que o papel da Psicologia é o de identificar o comportamento do público que a Publicidade atinge, e não o de incentivar o consumo. “Os produtos são feitos de acordo com um perfil de pessoas, e não o contrário. Elas compram se quiserem. O consumismo é uma escolha, não uma obrigatoriedade”.

## REFORMA PSIQUIÁTRICA

# Uma alternativa ao modelo manicomial



Jorge Carlos Willrich

Todos os desenhos que ilustram esta edição do Entrelinhas são trabalhos de usuários de um programa de saúde mental. Tratam-se das obras produzidas no atelier de arte da Pensão Nova Vida, situada em Porto Alegre há 18 anos. O serviço, pioneiro no Estado e no País no que se refere a residências terapêuticas, con-



Jorge Carlos Willrich

solidida uma proposta de atenção à saúde mental substitutiva ao modelo manicomial.

A Pensão Pública Protegida Nova Vida iniciou suas atividades em 1990, quando recebeu 53 usuários provenientes da Clínica Pinel, que havia se descredenciado do INSS. A partir de uma mobilização de familiares, profissionais da saúde e políticos, foi possível encontrar

um lugar para abrigar essas pessoas. Firmou-se então um convênio entre Estado e Município, onde

a administração ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde de Porto Alegre e o prédio foi cedido pelo Estado. Desde essa data, a Pensão passou a realizar um trabalho efetivo de reabilitação e reinserção social, abrigando e dando tratamento gratuito às pessoas portadoras de distúrbios psíquicos.

Hoje, a organização recebe pacientes de forma temporária, sem estabelecer tempo de permanência. Entre as atividades de terapia ocupacional oferecidas pela Nova Vida estão oficinas de culinária, atelier de arte, grupos de leitura e teatro. Para manter todo este programa, trabalham na pensão três psicólogos, terapeuta ocupacional, enfermeira, nutricionista, 11 técnicos de enfermagem, auxiliar de nutrição, duas cozinheiras, auxiliar de cozinha, três auxiliares de limpeza, dois estagiários da secretaria, porteiros e estagiários de Psicologia.

Além disso, a instituição disponibiliza uma equipe itinerante para os cerca de 60 usuários externos que recebem acompanhamento para atividades rotineiras como ir ao banco ou ao supermercado. “Estão entre eles ex-usuários da Pensão Nova Vida e aqueles encaminhados por outros serviços e que não têm perfil para os residenciais”, explica a coordenadora da pensão, a psicóloga Loiva Leite.



Jorge Carlos Willrich



Jorge Carlos Willrich



Maria de Lourdes

# Agenda

## Cursos de Formação

### **Psicoterapia Psicanalítica**

Instituto Wilfred Bion – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3319-7665 ou  
[www.institutowilfredbion.com.br](http://www.institutowilfredbion.com.br)

### **Terapia Individual Sistêmica**

CEFI - Barão de Santo Ângelo, 376 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3222-5578 ou  
[www.cefipoa.com.br](http://www.cefipoa.com.br)

### **Psicoterapia Psicanalítica de Crianças**

Instituto Cyro Martins – Protásio Alves, 2820 –  
Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3338-6041 ou  
[www.cyromartins.com.br](http://www.cyromartins.com.br)

## Cursos de Especialização

### **Saúde Mental**

Ulbra – Rua Universitária, 1900 – Torres/RS  
Informações: (51) 3626-2000 ou  
[www.ulbra.br/torres](http://www.ulbra.br/torres)

### **Educação, Sexualidades e Relações de Gênero**

UFRGS – Porto Alegre/RS  
Informações: [geerge@ufrgs.com.br](mailto:geerge@ufrgs.com.br) ou  
[www.geerge.com](http://www.geerge.com)

### **Especialização em Psicoterapia de Crianças e Adolescentes**

IEPP – Bagé, 368 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3333-4801 ou [www.iepp.com.br](http://www.iepp.com.br)

### **Gestão Integrada do Capital Intelectual**

Faculdade de Tecnologia Senac Passo Fundo  
Informações: (54) 3313-4599 ou  
[posgraduacaopf@senacrs.com.br](mailto:posgraduacaopf@senacrs.com.br)

### **Acupuntura**

Colégio Brasileiro de Acupuntura (CBA)  
Informações: (51) 3222-2066 ou [www.cbapoa.com.br](http://www.cbapoa.com.br)

### **Psicoterapia Centrada na Pessoa**

Delphos – Riachuelo, 1260/12 – Porto Alegre /RS  
Informações: (51) 3212-0675 ou  
[www.institutodelphos.com.br](http://www.institutodelphos.com.br)

### **Saúde Mental Coletiva**

FSG - Faculdade da Serra Gaúcha – Caxias do Sul/RS  
Informações: (54) 2101-6000 ou [www.fsg.br](http://www.fsg.br)

## Cursos de Extensão

### **Cursos de Psicologia Aplicada**

Projecto – Lucas de Oliveira 1580 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3330-4000 ou  
[www.projecto-psi.com.br](http://www.projecto-psi.com.br)

### **Psicologia no Esporte**

Instituto Wanderley Luxemburgo –  
Ipiranga, 1555/4º andar – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3026-7080 ou [www.iwl.com.br](http://www.iwl.com.br)

### **A Família Contemporânea:**

#### **Como intervir em tempos de crise?**

CLIP – Luciana de Abreu, 337/404 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3222-6134 ou  
[www.clipmed.com.br](http://www.clipmed.com.br)

### **Aprimoramento em Psicologia Hospitalar**

Universidade Corporativa Mãe de Deus –  
Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3230-2027 ou  
[www.maededeus.com.br](http://www.maededeus.com.br)

### **Psicologia Escolar na Educação Fundamental**

Cape – Centro de Aperfeiçoamento  
em Psicologia Escolar  
Informações: (51) 3331-5681 ou  
[www.capepsi.com.br](http://www.capepsi.com.br)

**Capacitação de Acompanhante Terapêutico  
na abordagem cognitivo-comportamental**

Cisame – Rua Dr. Timóteo, 710 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3222-8270 ou  
[www.prontopsiquiatria.com.br](http://www.prontopsiquiatria.com.br)

**Novas Contribuições de Green  
à Teoria Psicanalítica**

IPSI – Teixeira de Freitas, 12 –  
Novo Hamburgo/RS  
Informações: (51) 3581-4055 ou  
[www.ipsi.com.br](http://www.ipsi.com.br)

## Grupos de Estudo

**Ciclo de Estudos em Psicoterapia**

Gaepsi – Fabrício Pilar, 40 – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3331-3781 ou  
[www.gaepsi.com.br](http://www.gaepsi.com.br)

## Jornadas, Congressos, Encontros

**16 e 17 de maio – Jornada Patologias Atuais:  
as múltiplas faces de Édipo**

IEPP – Porto Alegre/RS  
Informações: (51) 3333-4801 ou  
[www.iepp.com.br](http://www.iepp.com.br)

**20 a 23 de maio – Encontro Sul-Americano  
de Recursos Humanos**

Centro de Eventos Expogramado – Gramado/RS  
Informações: (51) 3332-9293 ou  
[secretaria@esarh.com.br](mailto:secretaria@esarh.com.br)

**24 a 26 de junho – Congresso Trabalho,  
Stress e Saúde: gerenciando as emoções**

ISMA-BR – Porto Alegre/RS  
Informações: [www.ismabrasil.com.br](http://www.ismabrasil.com.br)

**25 a 28 de junho – XVI Congresso de  
Psicodrama: Como Sobreviveremos – ação  
transformadora e co-responsabilidade**

Febrap – Recife/PE  
Informações: [www.febrap.org.br/xvicbp](http://www.febrap.org.br/xvicbp)

**16 a 19 de julho – III Congresso Brasileiro  
de Psicologia Organizacional**

Florianópolis/SC  
Informações: [inscricao@cbpot2008.com.br](mailto:inscricao@cbpot2008.com.br)  
ou [www.cbpot2008.com.br](http://www.cbpot2008.com.br)

**20 a 25 de julho de 2008 – XXIX  
Internacional Congress of Psychology**

Berlim - Alemanha  
Informações: (49) 30 – 300-6690 ou  
[www.icp2008.org](http://www.icp2008.org)

**27 a 30 de agosto – X Congresso  
Brasileiro da Sociedade  
de Psico-Oncologia e  
III Encontro Internacional de  
Cuidados Paliativos**

Fortaleza/CE  
Informações: (85) 4011-1572 ou  
[psico@arxweb.com.br](mailto:psico@arxweb.com.br)

# Prestação de contas

Tendo a transparência como um de seus valores, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul apresenta a prestação de contas de 2007.

Anualmente, o CRPRS é auditado pelo Conselho Federal de Psicologia. A auditoria das contas do ano de 2007 será realizada de 5 a 9 de maio, em Porto Alegre, pela empresa Via Consult.

## Demonstrativo de receitas e despesas acumuladas 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2007

Receitas		
Receitas de Contribuição	2.056.994,85	68,51%
Receitas Patrimonial	49.268,15	1,64%
Receitas de Serviços	99.036,80	3,30%
Alienação de Bens Imóveis	190.000,00	6,33%
Outras Receitas Correntes	607.368,32	20,23%
<b>Total das Receitas Brutas</b>	<b>3.002.668,12</b>	<b>100,00%</b>
Transferências (-)		
Conselho Federal de Psicologia – Cota Parte	719.156,67	23,95%
<b>Total das Receitas Líquidas</b>	<b>2.283.511,45</b>	<b>76,05%</b>
Despesas (-)		
Pessoal	627.219,06	20,89%
Encargos Trabalhistas	143.694,89	4,79%
Diárias	39.138,00	1,30%
Materiais de Consumo	71.690,13	2,39%
Energia elétrica, telefonia, postagem e água	148.310,06	4,94%
Limpeza, segurança, manutenção	35.476,31	1,18%
Impressão Gráfica	118.411,68	3,94%
Transporte e Hospedagem	79.749,89	2,66%
Congresso, fóruns e eventos	35.325,95	1,18%
Serviços de Assessorias	134.126,70	4,47%
Aluguel, Condomínio e Locação	72.172,59	2,40%
Imposto, Taxa e Tarifas Bancárias	53.431,46	1,78%
Frete e Transporte de Encomendas	13.026,37	0,43%
Outras Despesas	340.524,70	11,34%
<b>Total das Despesas de Operações</b>	<b>1.912.297,79</b>	<b>63,69%</b>
Investimentos (-)		
Imóveis	494.415,50	16,47%
Máquinas e Utensílios Diversos	7.811,92	0,26%
Mobiliário em Geral	127.676,08	4,25%
Equipamentos de Informática	32.683,91	1,09%
Outros Bens Permanentes	8.002,05	0,27%
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>670.589,46</b>	<b>22,33%</b>



Gestão Plural Psi  
Construir com diferenças

**CRP**  
**RS**

CONSELHO REGIONAL  
DE PSICOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL